

EPISTEMOLOGIAS E ENSINO DA HISTÓRIA

Coord.

Cláudia Pinto Ribeiro

Helena Vieira

Isabel Barca

Luís Alberto Marques Alves

Maria Helena Pinto

Marília Gago

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Epistemologias e Ensino da História
(XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)

COORDENAÇÃO

Cláudia Pinto Ribeiro
Helena Vieira
Isabel Barca
Luís Alberto Marques Alves
Maria Helena Pinto
Marília Gago

EDIÇÃO: CITCEM

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN

978-989-8351-74-6
Porto, 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



APRENDIZAGEM HISTÓRICA, ENSINO DE HISTÓRIA TEMÁTICA DA REFORMA DE MARTINHO LUTERO NOS LIVROS DIDÁTICOS

LÚCIO ANTÔNIO FELIPE

JÚLIA SILVEIRA MATOS

Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Laboratório Independente de Estudos em Ciências Humanas (LABEC)

RESUMO: A chamada Reforma Protestante se apresenta ainda hoje para os historiadores como um fato e um período histórico marcado por tensões e disputas. O ensino de História centrado em conteúdos parece nos dias atuais cravado de críticas dos analistas e estudiosos da educação, no entanto, quando pensamos como aponta Maria Auxiliadora Schmidt, que os conteúdos históricos são fundamentais para a formação das consciências histórica dos jovens, notamos o quanto precisamos pensar no ensino da História Temática. Essa constatação nos levou a pensar um pouco mais sobre como esse fenômeno vem sendo apresentado na historiografia e ainda mais, como os livros didáticos de História discorrem sobre a mesma. O Objetivo do artigo é trazer para a discussão, E fazermos uma análise de conteúdo entre os livros didáticos escolhidos, pois desta maneira teremos um melhor entendimento e que se referem à Reforma Protestante e o personagem histórico Martinho Lutero. E a maneira como o tema é mostrado, na atualidade. A teoria que iremos abordar para nossa pesquisa é a Jörn Rüsen, especificamente em seu texto O livro ideal, no qual ele cita que a escrita de uma história deve ser repleta de significados. Pois não podemos fazer uma escrita sem a busca e a pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: *Ensino de História temática, Aprendizagem Histórica, Livro Didático.*

A chamada Reforma Protestante se apresenta ainda hoje para os historiadores como um fato e um período histórico marcado por tensões e disputas. O ensino de História centrado em conteúdos parece no dias atuais cravado de críticas dos analistas e estudiosos da educação, no entanto, quando pensamos como aponta Maria Auxiliadora Schimidt, que os conteúdos históricos são fundamentais para a formação das consciências histórica dos jovens, notamos o quanto precisamos pensar no ensino da História Temática. Essa constatação nos levou há pensar um pouco mais sobre como esse fenômeno vem sendo apresentado na historiografia e ainda mais, como os livros didáticos de História discorrem sobre a mesma. Portanto, como forma de pensarmos que esse recorte da História poderia ser base para discussão do tema tolerância religiosa e respeito na sala de aula. Faremos uma análise nos livros didáticos que se referem à Reforma Protestante e o personagem histórico Martinho Lutero, com vistas a perceber de que maneira esse tema é mostrado, na atualidade, para os jovens estudantes, que têm em sua formação histórica nos livros didáticos distribuídos pelo governo como principal leitura.

O Objetivo do artigo é trazer para a discussão, como o tema relacionado à Reforma Protestante e a figura de Martinho Lutero, é apresentada nos livros didáticos, e na historiografia, para tanto faremos uma comparação entre as obras escritas, aqui usaremos o livro didático, para entender como se faz e se conta a história para os alunos, pois não podemos fazer uma escrita sem a busca e a pesquisa. A dimensão estética e retórica da ciência da história encontra-se basicamente no princípio citado por Rüsen, que denomina de formas de apresentações da seguinte maneira:

Remete ao fato de que conteúdos empíricos reconstruídos através da pesquisa sempre precisam ser integrados á estrutura de uma representação narrativa da continuidade temporal entre passado, presente e futuro. Rüsen admite que somente o passado representado, pode ser comunicado e que essa representação está longe de meramente espelhar resultados de pesquisa. (...) admite que somente o passado representado pode ser comunicado e que essa representação está de meramente espelhar resultados de pesquisa (RÜSEN, 2015: 13)

A narrativa pode ser elaborada, para que a facticidade do passado se apresente como um produto constituído de sentido cultural, ou seja, história para o presente.

É neste sentido que os livros didáticos são desenvolvidos e apresentados no PNLD, Plano Nacional de Livro Didático, a planificação e a construção são conjuntas, como nos aponta Júlia Silveira Matos, quando diz “a produção do livro didático se realiza a partir de uma engrenagem do qual fazem parte professores, autores, editores e governo” (MATOS, 2013: 13). Outro fato marcante é a interdependência entre as disciplinas escolares, e os mesmos, que são produzidos

de acordo com o público já predeterminado: o professor, além do que as obras apresentadas trazem um cunho de autores com formação na história e para a história.

As obras são inscritas pelos detentores de direitos autorais, conforme critérios estabelecidos em edital e amplamente divulgados, e avaliadas por especialistas das diferentes áreas do conhecimento. Se aprovadas, compõem o Guia do Livro Didático, que orienta o corpo docente e o corpo diretivo da escola na escolha das coleções para aquela etapa de ensino (Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio).

O plano nacional do livro didático tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. . O programa é executado de três em três anos alternados. Com este sistema, a cada ano o Ministério de Educação e cultura- MEC compra e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio, mas para entender esta sistemática sobre o livro didático é que se faz necessário esta pequena explicação a seguir: A Coordenação Geral de Materiais Didáticos (COGEAM) é responsável pela avaliação e seleção das obras inscritas no Programa Nacional do Didático (PNLD) e no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), bem como pela elaboração do Guia dos Livros Didáticos voltado a auxiliar o professor na escolha dos livros didáticos. Com relação à compra e à distribuição dos materiais didáticos e literários selecionados pelo Ministério da Educação no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB), é importante ressaltar que são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cabendo a este órgão também a logística do provimento e do remanejamento dos materiais didáticos para todas as escolas públicas do país cadastradas no censo escolar.

Sabemos que a logística da distribuição, por mais que esteja estruturada e atenta, nem sempre são satisfatórias, possíveis falhas podem ocorrer, portanto não há de se estranhar este fato e a também poderá haver pequenas oscilações entre o número de livros e o de alunos. Para realizar o ajuste, garantindo o acesso de todos os alunos aos materiais, é necessário fazer o remanejamento de materiais daquelas escolas onde haja excesso para aquelas onde ocorra a falta de livros. As escolas podem recorrer ainda à reserva técnica, percentual de livros disponibilizado sobre a guarda das Secretarias Estaduais de Educação para atender a novas turmas e alunos matriculados.

Cabe ressaltar que o plano nacional do livro didático atende a todos os alunos, por isto temos também a exceção dos livros consumíveis. O sistema (PNLD) também atende as necessidades dos alunos que são público-alvo da educação especial. Os alunos recebem obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários, para que se efetive desta maneira a inclusão destes jovens estudantes, nas escolas. Os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos, para que os mesmos possam ser utilizados por outros alunos por um novo período de três anos.

Ao contextualizar o livro didático no Brasil, é necessário retomar de forma sucinta as primeiras manifestações impressas, com o objetivo de ensino. Para tanto, serão levantados dados do contexto europeu, no que iniciou a organização da educação nacional. Podemos destacar que o livro didático é um material para se estudar a própria História da Educação, é através destas circunstâncias em que o ensino de determinado lugar e período aparece, e nesse momento o livro pode ser focado como amostragem dos interesses políticos e ideológicos de uma nação. E para tanto trago para corroborar com o que foi escrito acima a citação de Ana Maria Monteiro que diz: “Aprender história é aprender sobre nós mesmos. É aprender sobre a diversidade das experiências humanas, através dos tempos e nas diferentes lugares (...) aprender que o diferente nos é familiar porque a humanidade é uma, mas a cultura é plural”. (MONTEIRO, 2000: 09).

Vimos aqui, que o aperfeiçoamento da prensa, por Gutenberg, tornou-se maneira de mostrar a cultura das sociedades do Ocidente pode ser considerada uma maneira de mostrar o objeto impresso. Com essa maneira nova de comunicação, notaram-se as modificações das práticas de devoção, de lazer, de informação e de conhecimento. Da Idade Média até meados do século XIX, foi um sem fim de publicações de livros, inicialmente manuscritos e depois impressos, que alimentaram as imaginações de muitos leitores, propondo-lhes verdades maravilhosas, ficções verídicas ou histórias de diversão. Para Chartier (1998), Uma primeira intenção presidiu à leitura: encontrar por trás da aparente objetividade das narrativas que se baseiam num repertório consagrado de intrigas e de temas – os conflitos agudos, as vontades polêmicas, os desígnios políticos, que fazem com que sejam escritos e publicados.

A expansão do sistema de ensino brasileiro cresceu, e exigia maior quantidade e diversidade de livros didáticos, para as escolas. Segundo Daniel Ramão Silva, “o livro didático traz uma ambiguidade referente ao seu público, o professor é o centro, e o aluno, outra parte, porém não são separados pelo livro didático” (SILVA, 2010: 42). A ambiguidade apontada por Silva se refere à relação entre o professor que apresenta o conteúdo, seja por aulas expositivas

ou apoiado no livro didático, a que salientar a forma como o aluno recebe a informação. Nessa perspectiva, de acordo com o autor:

Tal opitica apresenta o livro didático como um objeto envolto por uma série de fatores e influência que compõem a sua unicidade. Dessa forma, é impossível a pensar em um livro didático totalmente neutro, isento de valores. (SILVA, 2010: 16)

Porém com o que foi exposto acima, o livro didático não traz uma neutralidade, mas define que cada professor, funcionário escolar, ou quem trabalhe com educação, não tenha como foco principal criticar os livros didáticos, pois de alguma maneira, eles vão de encontro ao auxílio na educação, apresentada nas escolas, e distribuídos para todas as cidades e lugarejos em todas as regiões do país. Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros. O FNDE distribui os livros didáticos de acordo com projeções do censo escolar baseado nos dois anos anteriores ao ano do programa, que é o censo disponível no momento do processamento da escolha feita pelas escolas. Dito isto passamos para a elaboração da pesquisa.

Para compreender o período da reforma protestante utilizei os seguintes autores: Paulo Miceli, Jean Delumeau, Marvim Perry. Outros autores também discutem essa mesma problematização, quando alegam que podemos afirmar que, até hoje as cartilhas estão presentes nas salas de turmas de alfabetização, exercendo uma influência decisiva nas práticas pedagógicas relacionadas ao ensino da língua materna. Questão essa que pode ser comparada com situação em que a nação vivia na década de 60. Quando ocorreu o golpe militar e a iniciação da ditadura, que sistematizou uma vigilância sobre os livros de educação, e punia intelectuais que pudessem propor algum tipo de perigo, como as manifestações populares. O Brasil se calava, diante das cartas dos presidentes, na época da ditadura militar-civil e que vinham impressas nos livros didáticos que circulavam nas escolas. A partir deste momento faremos uma relação entre o período militar ocorrido no período de 1964, até o ano de 1985 e o livro didático, Miranda e Luca (2004)

Sob o período militar, a questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados – 1966 1971 e 1976-, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em movimento de massificação do ensino cujas consequências, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indeléveis no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio (MIRANDA & LUCA, 2004: 125 apud MATOS, 2013: 62).

No período militar a censura era o entrave, que relacionava o que vinha escrito nos livros didáticos, e o que o governo pretendia que se falasse e mostrasse, percebendo que muitas vezes ela foi usada como um mecanismo de controle do Estado. Pois, enquanto um Estado autoritário buscava construir uma sociedade voltada para ações dissociadas da teoria, ou seja, de reflexões. Conduzir uma educação crítica era sinônimo de subversão, para não prejudicar as ideologias das políticas autoritárias, foram utilizadas certas estratégias de ensino. Esse processo de educação vem de longa data no Brasil. Sendo que os assuntos que não estivessem nos padrões dos censores militares, eram descartados, e tanto as editoras quanto os produtores das edições punidos.

No relato de Otaísa Romanelli (1991). Que na Ditadura Militar-civil, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), para erradicar definitivamente o analfabetismo, porém sem esquecer as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região. Objetivo não foi alcançado e por isso foi extinto. No entanto, outra Lei foi criada para vangloriar a ditadura: Segundo Romanelli: No período da Presidência De Costa e Silva, uma das piores etapas da ditadura Militar-civil, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, tipificada na Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro do espírito militar hierarquizado, propostos pelo governo, como "Brasil grande", "ame-o ou deixe-o", "milagre econômico", etc., planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira (1991: 64).

Introduzir as disciplinas sobre civismo significa impor a ideologia da ditadura, com extinção da Filosofia e redução da carga horária de História e Geografia, era o mesmo que exerce a função de diminuir o senso crítico e consciência política da situação do cidadão civil. Também tivemos o ajuste no currículo e desdobramentos da Reforma Universitária de 1968, em perfeita harmonia com a legislação seguinte, a LDB 5692/71. Após essa lei os professores de História tiveram algumas limitações ao lecionar sua disciplina, pois ela estava diretamente relacionada com os acontecimentos ligados à política do país, que mais tarde faria parte dos conteúdos didáticos.

O regime ditatorial preocupava-se muito com o ensino de História, pois esta disciplina tem por característica a análise crítica dos conteúdos e o contexto vivido naquele momento, o na formação de pessoas com visão crítica não interessava aos militares. Um indício dessa preocupação está no fato de que a disciplina de História foi substituída nas séries iniciais pela

disciplina de Estudos Sociais, que englobava conhecimentos de História e Geografia, enquanto nas séries do Ensino Fundamental e Secundário, eram inseridas as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil - OSPB Esta era uma das maneiras de doutrinar a população brasileira, em especial aquela que estava nos bancos escolares de todos os cantos do país, e que poderiam reproduzir esses ensinamentos para seus familiares dentro de suas casas.

Vale ainda ressaltar que como trabalhamos com a história do livro didático, se fez necessário buscar autores que discutem sobre esta temática, história do livro. O historiador francês Roger Chartier, “coloca que o objeto impresso é o veículo essencial da transmissão dos conhecimentos, saberes, prazeres, que cada indivíduo pode ter com o passado, com o presente, ou com a sociedade em que vive”. Décio Gatti Júnior, historiador da educação brasileira, diz que os livros de caráter científico, receberam estatuto de verdade no século XVII, e que ainda hoje se dissemina em grande parte dos bancos escolares e da vida cotidiana das pessoas. Sendo assim, é através da revisão bibliográfica de livros relacionados ao assunto aqui estudados.

E como Fonte: selecionamos os livros didáticos, para analisarmos as principais ações em que eles possam ser utilizados e portanto o objeto da nossa pesquisa. Portanto os títulos pesquisados são: “para viver juntos” 6^a ano, Debora Yumi Motooka, 2009 e “História/ensino fundamental”, do projeto Araribá, de Maria Raquel Apolinario, 2007. Que doravante chamarei de livro um e livro dois, para melhor entendimento na contextualização. E os artigos da Prof^a Dr^a Júlia Silveira Matos: França e Alemanha: “Martinho Lutero como Traço de União no Discurso de Lucien Febvre” (2002) e “LUTERO COMO MITO: a exploração do mito enquanto signo de linguagem” (2006).

A análise de conteúdo de Roque Morais, se faz necessário, uma vez que mostram, através da desconstrução do texto, teremos um melhor entendimento, além do que foi observado nos livros didáticos, em relação o que versa sobre reforma protestante e Martinho Lutero. O mesmo tratamento de análise será feitos nos artigos previamente selecionados para a pesquisa.

A teoria que iremos abordar para nossa pesquisa é a Jörn Rüsen, especificamente em seu texto O livro ideal, no qual ele cita que a escrita de uma história deve ser repleta de significados. Juntamente com a de Quentin Skinner, ele nos aponta que quando se utiliza o contexto histórico, o homem Lutero nasceu na Alsácia-Lorena, sendo o representante dos protestantes. Criou um elo entre as populações protestantes e a Alemanha, passou de líder religioso a herói, a população dispersa e sem uma de identidade nacional, apegou-se ao seu líder. Segundo MATOS, (2002) em seu artigo ela nos mostra o dialogo com SKINNER, onde ele cita que a

escrita de uma história deve ser repleta de significados, e apontando o espaço em que o personagem Lutero estudou e viveu como descrito na citação abaixo.

Em seu pensamento expõe a impossibilidade de se estudar o sujeito e sua obra sem observar o contexto em que viveu e foi formado. Para ele o lugar, a universidade, e tudo em que o sujeito estudado teve contato, deve ser analisado como influência em seu trabalho refletindo sua fala. (SKINNER, 1996: 123. apud MATOS, 2002: 14).

O personagem Lutero apresentado tanto nos livros didáticos como na historiografia acadêmica, mostra o espaço geográfico onde ocorreu a reforma protestante, apresentando o lado da cultura e o desenvolvimento europeu, que chegavam através dos ensinamentos da filosofia, do religioso e político. Numa sociedade composta por mais de duas centenas de principados, que ainda estava por formar o país da Alemanha.

Não queremos aqui criticar, o conteúdo do livro didático até porque o mesmo não traz uma neutralidade, mas sim um conhecimento, embora se apresente de forma reduzida, pois sabemos que tudo é pré-determinado no PNL, sendo que de uma maneira ele é considerado um recurso, e sabemos que de acordo com Júlia Matos (2013), “(...), pois cada livro didático possui uma identidade que se construiu através das formas como os conteúdos são distribuídos em seu interior, e abordagens dados a esses” enquanto pratica usual no ensino de história, mas saber a maneira que se procede em relação à forma de seleção e como é distribuído para as escolas. Uma vez que não se pode acarretar, toda a culpa ao livro didático, até porque na maioria das vezes o material é a única ferramenta que o aluno possui ou recebe, isto posto, podemos dizer que na maioria das vezes, não contempla toda a quantidade de alunos de uma escola. Segundo DA SILVA, nota-se o constrangimento ocasionado pelos conflitos entre políticas e a educação.

Tensões políticas e educacionais, recaem sobre o livro didático por uma série de motivos a serem destacados, dentre eles, a sua posição como o currículo escrito, ou seja, configura-se como um intermediário entre as propostas curriculares e a escola, sendo assim, o grande indicador de como tais propostas chegam aos professores (DA SILVA, 2010: 10)

Até porque, o que analisamos sobre os livros dos autores abaixo vem a corroborar com a pesquisa de análise que estamos procedendo, e encontramos no livro de Jean Delumeau, mais subsídio que buscamos para analisar os livros didáticos, juntamente com a historiografia sobre Lutero, e é apontado dessa maneira abaixo.

Nossa tarefa aqui é estudar não a Renascença católica, mas apenas a hostilidade da Igreja romana ao protestantismo. Convém, todavia repor antes de uma hostilidade num contexto geral de cruel intolerância e uma época em que amar e praticar sua religião significava muitas vezes combater a de outrem. (DELUMEAU, 1989: 162)

O livro que nos referimos é o Nascimento e afirmação da Reforma. De Jean Delumeau, 1989. (biblioteca pioneira de ciências Sociais, História, Série “Nova Clío”; 30), mostra os detalhes de como se firmou a reforma protestantes em países como Alemanha e Grã-Bretanha. E a postura da Igreja em relação aos expoentes da reformulação dos paradigmas do novo entendimento religioso.

O fato de termos a fonte estabelecida e escolhida para produzirmos a pesquisa nos deixa a vontade em elaborar tabelas, e esmiuçar seu conteúdo, embora tenhamos a certeza de ser o tema mostrado com o aval do sistema implantado através do PNL D, pois é sabido, que o governo federal toma para si o monopólio da educação, e o sistema de planejamento dos conteúdos inseridos nas paginas dos livros didáticos.

Buscamos a leitura também no livro, do escritor Paulo Miceli, por entendermos que este trata do assunto ora estudado para a pesquisa. Ele aborda o tema “Entre a religião e a ciência”. In: História Moderna. São Paulo: Contexto, 2013: 75-94. Que coaduna com o nosso interesse, em ter mais subsídios, para adentrarmos nos artigos selecionados para compor este trabalho. Assim como abarcamos o livro, Nascimento e afirmação da Reforma.

Seguindo a mesma linha de escritores sobre a reforma de Lutero, não podemos deixar de fora Marvin Perry, com seu livro: Antecedentes da Reforma: a igreja medieval em crise, IN: História Ocidental: uma história concisa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999: 231-246. A crise que foi uma dos estopins, para mostrar ideologias diferentes, para o que viria a se perpetuar como arcabouço de reforma e resignificação, e do que estava sendo induzido para os seguidores dentro e fora do ocidente.

. Nas dependências, da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) fica o laboratório onde pesquisamos e fizemos os levantamentos sobre as obras didáticas (LABEC) Laboratório Independente de pesquisa em ensino de ciências humanas. E escolhemos as obras das coleções da professora da rede estadual e municipal do estado de São Paulo, formada na FFLCH, universidade de São Paulo. Coordenadora de edição, Maria Raquel Apolinário, a coleção é uma coletiva do projeto Araribá, de 2007, que foi pensado para quem gosta de estudar história, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna, e seus volumes se destinam para todo as series do ensino médio. O assunto abordado, nos livros didáticos tem uma linguagem de fácil compreensão e rica em iconografia o que ajuda a gravar o texto e segundo a autora Maria Raquel Apolinário (2007) “descobrir que os conteúdos dessa disciplina estão muito próximos da realidade que você vive, da escola em que estuda, do país que habita” (2007: 03), interage

com a vida do cotidiano do aluno. Outra preocupação da autora foi de adequar a coleção ao novo acordo ortográfico. Nosso conteúdo de pesquisa esta nas paginas, 230-231.

Já o livro de Débora Yumi Motooka, ele é de uma coleção, e tem o titulo de “Para Viver Juntos”, de 2009. Da editora SM Ltda. Motooka Bacharel, e licenciada em história pela Universidade de São Paulo-USP, também é professora de história em escolas particulares. O livro apresenta uma linguagem simples e com iconografia, para que o professor tenha uma melhor percepção e assimilação do conteúdo. O material a ser pesquisado, encontrasse nas paginas 114-115.

As duas obras pesquisadas para que se analise sobre o assunto especifico na obra de Martinho Lutero, se apresentam como manuais para o professor, assim como orientador para o ensino, eles têm uma diagramação semelhante, nos capítulos de apresentação, retrata os assuntos em foco, com respostas diretas e claras levando ao professor a melhor maneira de interpretar os temas. Chartier já mencionava que uma das preocupações, seria a maneira como se publicaria um texto para a mediação cultural. Uma vez escolhidas as obras passamos para as tabelas que elaboramos nos livros nº 01 e nº 02. Queremos salientar que o nosso intuito é analisar a representatividade da figura de Martinho Lutero, e o porquê com as obras distintas entre dois autores e editoras diferentes o espaço utilizado e o assunto não se mostram dispares, mas muito semelhante. Portanto se percebe a maneira idêntica como ele é visto e apresentado através dos livros didáticos. É o que, (RÜSEN) destaca como:

A teoria da ciência da história é uma instancia de legitimação reflexiva das formas estabelecidas do processo científico. Ela não fixa, contudo o status quo de uma disciplina científica. Antes, ela elabora, a partir de procedimentos cognitivos dos processos do conhecimento, metodicamente regulados, os critérios determinantes da organização desses mesmos processos. Ela enfatiza a dinâmica interna dessa organização, mas também sua mutabilidade e capacidade evolutiva. (RÜSEN, 2015: 15)

Verificamos que de maneira ajustada as obras têm uma similaridade de texto sobre a obra de Martinho Lutero. Parece ser uma obrigatoriedade tecer sobre o mesmo assunto proposto para fazer parte do livro didático. O professor poderá se utilizar do conteúdo lançado nas paginas do livro, para transmitir a seus alunos, que está em formação, um aprendizado quase sem opções de pontos de vista diferenciados para que os alunos possam formar suas conclusões e terem um aprendizado com subsídios de vários enfoques distintos elaborados pelos autores.

E seguindo a linha de interpretação de RÜSEN, podemos salientar que “(...) com tais critérios, ela fornece igualmente argumentos decisivos para o caráter especializados processos de pesquisa metodicamente regulados” (RÜSEN, 2015: 29).

Avaliativamente fica claro que fazer história tem o significado de ciência, portanto as condições do pensamento dependem de fatores essenciais da orientação cultural. Devemos ter atenção em não negligenciar passo a passo dos critérios de formatação da teoria da história, ou seja: história, ciência e teoria.

Outro ponto a ser analisado são os artigos produzidos em diferentes momentos na academia, e mostra a constância em pesquisar e transmitir este conhecimento para outros acadêmicos. Os artigos elaborados trazem o que Quentin Skinner diz sobre como deve se realçar o homem Lutero na sua formação educacional e o lugar onde viveu e apresentou suas obras.

O 1.º artigo trata da obra de Profª Drª Júlia Silveira Matos: França e Alemanha: “Martinho Lutero como Traço de União no Discurso de Lucien Febvre” (2002), trata do estudo feito por Lucien Febvre, sobre como as teses de Lutero feitas na Alemanha, interagiram na religiosidade do povo Frances, que via e entendia Martinho como entendedor da causa revolucionária, que eclodia nas ruas das cidades francesas. Tendo a população completamente endividada, sem nenhum direito, em relação, as suas jornadas, eram completamente explorados pelos altos impostos cobrados por parte do rei, do clero e da burguesia. E sem condições de sustentarem com o básico (o Pão) seus filhos e familiares.

O 2.º artigo trata de como o mito Martinho Lutero unificou a população alemã em torno de um idearia religioso mostrando que o homem não necessitava de atravessadores (padres) para chegar a Deus, Bastava ao homem interpretar a bíblia que o próprio Lutero havia pedido para ser traduzida para o idioma germânico e distribuído de graça a todos que quisessem. “LUTERO COMO MITO: a exploração do mito enquanto signo de linguagem” (2006).

Na unitarização, encontramos palavras nos livros didáticos (unidades de referências) que demonstram o elo entre eles e a historiografia acadêmica.

REFORMA							
<i>CRISE</i>		<i>IGREJA</i>		<i>PROTESTANTE</i>		<i>SOCIEDADE</i>	
Contestado	01	Bíblia	03	I. Humanista	01	Príncipes	04
Crítica	01	B Clero	01	Símbolos	01	Burguesia	01
Corrupção	01	Dogmas	02			Nobreza	01
Excomunhão	01	Deus	02			Imperador	01
Fiéis	01	Fé	01			Povo	01
Indulgência	01	Papa	02			População	01
Perdão	01	Salvação	01				
Total	07		12		02		09

Tabela referente ao livro didático 01, PP 230-231.

Como a crise europeia, relacionada a reforma de Martinho Lutero foi apresentada nos livros n.º 1 e n.º 2 e quais diferenças e semelhanças entre eles, e com a historiografia, dos artigos analisados.

Passamos a analisar as **unidades de conteúdo** do livro 01, 02 e historiografia.

Crise - na Europa é apresentada no livro 01, que as idéias humanistas, criaram a crise entre fiéis e a igreja católica.

Enquanto no livro 02, todos aqueles que discordassem dos ensinamentos da Igreja e regidos pelas bulas papais, eram considerados hereges, e, portanto passivos da excomunhão e os castigos impostos pela santa igreja.

Na historiografia, Perry Marvin afirma que a reforma marcou o início de uma nova perspectiva religiosa e a tomada de posicionamento do povo, fizessem eles parte do clero, da burguesia, das coroas e ou da ralé.

O livro 01 mostra uma idéia de crise, mais parecida com a historiografia. Já no livro 02, mostra discórdia em relação à igreja, seria perseguido o que difere do que foi encontrado no livro de Perry.

IGREJA – No livro 01 exigia-se a reforma da igreja, para diminuir seu poder.

O livro 02 é dito que o poder da Igreja era amplo, e, portanto inquestionável.

Na historiografia, se encontra uma Igreja que por séculos, usou de sua influência sobre a sociedade e da cultura, deixando de lado a busca pela santidade.

Tanto no livro 02, quanto na historiografia o tema é o mesmo, ou seja, a Igreja impondo seu poder, diferente do livro que exigia uma reforma interna.

PROTESTANTE – O livro 01 traz a preocupação com a salvação da alma.

Para o livro 02, são apresentados três pontos, primeiro a pessoa é salva pela fé, segundo todos crentes podem ler e interpretar as escrituras e por fim, a única fonte de verdade é a bíblia, e não o que é ensinado pela igreja.

A historiografia apresenta que o homem teria salvação pela religiosidade, e interpretação da bíblia, nada pode separar o homem de Deus.

A historiografia mostra estar mais perto do livro 02, pois apresentam os mesmos pontos, já o livro 01 aponta diferir do livro 02 e da historiografia.

SOCIEDADE – No livro 01, A burguesia e o povo estão juntos para, que a nobreza rompesse com a igreja para diminuïrem a carga de impostos sobre eles.

O livro 02 mostra a burguesia preocupada com seus lucros, enquanto os reis queriam aumentar seu poder, mas a sociedade se negou a dar apoio contra a reforma.

Na historiografia, vemos o apoio dos camponeses a Lutero, por esse defendê-los da repressão de seus senhores, ele também atacava os nobres, por quererem mais impostos.

As comparações que faremos entre o livro 01 e o livro 02 demonstram que nesse ponto os dois estão de acordo, diferente da historiografia que mostra os camponeses do lado de Lutero, esses estavam preparados para o embate contra os seus senhores, o que era rechaçado pelo reformador.

Apresentaremos as palavras (unidades de referencia), que iram colaborar para que tenhamos um entendimento melhor, da maneira que nos é apresentado à história nos livros didáticos. Analisamos do livro 01, as paginas 230-231. Também analisaremos as subcategorias do livro 01 da unidade de conteúdo, que passamos a analisar.

Subcategoria da unidade de conteúdo- crise

CRISE- Foi justamente a crise que propiciou a reforma

FIÉIS - Os fiéis estavam descontentes com a atuação da igreja, que com seu poder, aumentava seu patrimônio.

CORRUPÇÃO- A corrupção se instalara, e o clero só estava preocupado consigo mesmo.

CRITICA- Em relação á riqueza que apresentavam os padres, e o povo tendo que arcar com todos os tipos de impostos, as críticas foram severas.

INDULGÊNCIAS - Lutero opôs-se as vendas de indulgências, pois advertia que a igreja não concederia a salvação.

PERDÃO - Entendia Lutero, que nada do que o ser humano fizesse, teria o perdão divino.

EXCOMUNHÃO - Em oposição ao papa Leão X, e os diversos confrontos, fizeram com que o papa excomungasse da igreja o monge Lutero.

Subcategorias da unidade de conteúdo- IGREJA

BÍBLIA- Só a ela poderia levar a palavra do senhor, é considerada fonte de fé

BAIXO CLERO- Não estava preparado para orientar a comunidade cristã, e na hora em que a população mais precisava nas épocas das pestes, tratavam de pedirem tudo só para si.

DEUS- Lutero não acatou a idéia de que somente a igreja concederia a salvação e nos levaria a Deus, mas o homem ao interpretar a bíblia estaria em sintonia com Deus.

FÉ- A verdadeira fé é que seria capaz de atrair a graça de Deus.

PAPA- A punção recebida por Lutero pelo papa Leão X, fez com que recebesse a proteção dos príncipes alemães. Inclusive do príncipe Frederico da Saxônia.

Subcategorias da unidade de conteúdo- Protestante

IDEIAS HUMANISTAS- Foi que provocou toda a crise que culminou com o protesto de Lutero, que exigia a reforma da igreja.

SIMBOLOS- Havia uma rejeição em relação à adoração de símbolos religiosos.

Subcategorias da unidade de conteúdo- SOCIEDADE

PRINCIPE- O príncipe Frederico da Saxônia foi o protetor de Lutero, para que ele continuasse suas atividades, escrever seus trabalhos sobre teologia e traduzir a bíblia.

NOBREZA- O rompimento com o papa traria mais poder para a nobreza e mais riqueza.

BURGUESIA- Acreditava num rompimento para diminuir sua carga de impostos, que era alta.

POVO - por sua vez queria ter a chance de não pagar impostos, e sustentar todo o clero.

CRISE		IGREJA		PROTESTANTE		SOCIEDADE	
Indulgências	01	Lucros	01	Reforma	02	Burguês	02
Vocação	01	Perdão	01			Reis	02
Repressão	01	Fé	01			Príncipes	01
Herege	02	A. Clero	01				
Intelectual	01	Excomungado	01				
		Negação	01				
		Sacerdócio	01				
		Eucaristia					
		Alma					
Total	06		09				02

Tabela referente ao livro 02, p-p 114-115.

Apresentaremos as palavras, que irão colaborar para que tenhamos um entendimento melhor, da maneira que nos é apresentado à história nos livros didáticos. Analisamos do livro 02, as paginas 114-115. Também analisaremos as subcategorias do livro 02 da unidade de conteúdo, que passamos a analisar.

Subcategoria da unidade de conteúdo – crise

INDULGÊNCIA – a venda das indulgências foi autorizada pelo papa, para se arrecadar mais fundos para a obra de construção da Basílica de São Pedro.

HEREGE - o papa Leão X considerou Martinho Lutero um transgressor dos dogmas da igreja, e não estando de acordo com as bulas papais, não deveria mais estar rezando missas, e, portanto um herege.

VOCAÇÃO - Qualquer pessoa podia comprar cargos, desde que tivesse dinheiro para pagar, porem eram pessoas que não tinham a menor vocação religiosa.

REPRESSÃO – Sem apoio da sociedade, os movimentos foram frustrados, além da forte repressão imposta pelos governantes.

INTELECTUAL – os padres estavam despreparados intelectualmente, para lidar com a população.

Subcategorias da unidade de conteúdo- IGREJA

LUCROS – A intenção da burguesia era aumentar seus lucros, condenado pela igreja, porem agia do mesmo modo.

FÉ – A pessoa é salva por meio da fé, e não pelas obras que pratica.

EXCOMUNHÃO – O papa declarou Lutero herege, por isso decretou sua excomunhão da igreja.

ALTO CLERO – os membros do clero usufruíam da riqueza da igreja, para satisfazer seus desejos de luxo.

NEGAÇÃO – A única fonte de verdade é a bíblia, e não a tradição da igreja.

SACERDÓCIO – Todos os crentes podem interpretar os escritos da bíblia por si mesmos.

Subcategorias da unidade de conteúdo- Protestante

REFORMA – O embate entre o papa e Lutero, resultou da revolta, com as vendas das indulgências por parte do papa.

Subcategorias da unidade de conteúdo- SOCIEDADE

BURGUES - Só visava acumular riquezas, com o aumento de seus lucros.

REIS - A tentativa de aumentarem seu poder, e relação à população, encontrava obstáculos com a força exercida pela igreja.

PRINCIPES – Lutero recebeu apoio dos príncipes alemães, e pôde continuar a divulgar sua doutrina.

Na seqüência, continuaremos a analisar as indulgências, através do olhar dos pintores Jorg Breu do livro 01, e Lucas Cranach, e como era visto e entendido por eles as pinturas apresentadas.

Abaixo temos uma pintura e uma xilogravura. Iconografias tiradas dos livros didáticos, nos mostrando que em ambas as figuras a venda das indulgências, funcionava como um balcão de negociatas. O vendedor (a igreja) e o comprador (o pecador). Quem tivesse posses e pudesse arcar com o valor, não dava a mínima para os ensinamentos pregados pela igreja. Que por sua vez dava o perdão. Tudo autorizado pelo papa, que alegava que as indulgências serviriam para construção da basílica de São Pedro, que necessitava ser erguida e terminada.



Pintura Jorg Breu (c. 1475-1537). Do livro (01) um.



O pintor Lucas Cranach, do livro 02. Em 1545 retratou a mesma situação sobre as indulgências.

Portanto podemos concluir, que a reforma, mostrada nos livros didáticos, tem um conteúdo reduzido, porem isto foi proposto pelo governo, e a maneira debatida quando da realização junto PNL D. Agora a forma de como, e de que maneira usá-lo, fica a critério de cada profissional. Podendo inclusive ser adequado como suporte de escrita histórica, e ou manual para o professor apresentar suas aulas. É um incentivo para todos aqueles, que sabem trabalhar o material disponibilizado, e entregar a seus alunos, que em algumas escolas são a única ferramenta usada para o aprendizado. Não podemos aqui desconsiderar o tamanho do país e a diversidade cultural, econômica, e a difícil acessibilidade para todos os confins da nação.

Para que possamos mudar o presente e o futuro do ensino, temos que reavaliar os métodos do passado sem desconsiderá-los. Dessa forma, conhecer os atuais métodos e profissionais alfabetizadores. Provavelmente, nenhum material escolar sofreu tanto as influências das leis de mercado quanto esse. O livro fez sua história seguindo os princípios e economia da sociedade em que atravessou e sempre teve por objetivo atingir um público certo. Entretanto, o livro didático permanece, e é modelado, sofrendo ajuste somente perante a necessidade de justificar e ultimar com repetidas situações. O governo, por sua vez, promete acesso á instrução e ao mundo letrado, desde século XIX, mas isto é o que não ocorre, até por que, é a escola o único e exclusivo meio de acesso ao mundo “público” do letramento para as classes menos favorecidas.

A maioria da população entende ser e mediada e meio das cartilhas, a maneira de produzirem seus conhecimentos. Assim como pela dualidade de reconhecimento tanto do aluno

dentro da alfabetização, como o professor no uso de seu ofício. Proclamam que a educação é prioridade, porém o que acontece, é que as instituições não apresentam condições para abrigar nas instituições todas as crianças, faltam vagas para os alunos, não há professores em número suficiente e tão pouco uma formação continuada, para estes professores. E para os alunos que conseguem ingressar na escola faltam merenda escolar, estrutura física, transporte escolar e o nosso tão discutido livro didático.

O livro didático não pode ser utilizado como apoio para amparar o professor durante seu lecionado, Mas sim, ser uma janela para outras maneiras de ensinamento/aprendizagem. O livro didático não tem uma história própria, esteve sempre relacionada com os interesses educacionais, e as políticas dos governos que se privilegiou sempre a elite, sem dar entrada às classes dominadas. Laços fortemente presos às questões da aprendizagem humana. As políticas públicas não são suficientes para sanar todas as questões sociais, e não cabe aqui culpar somente o governo, deve haver uma conscientização de todos nós, a causa é comunitária.

Quando estudamos história com afinco, extraímos o produto do que é história, ou seja, regatamos através de fontes e pesquisa no cenário ocupado pelo homem, e para que a consciência histórica entre em operação, Rüsen “afirma ser necessário que tais carências se articulem a perspectivas diretoras da interpretação histórica ou a idéia, pontos de vista supra-ordenadas acerca do passado, no âmbito dos quais ele se constitui e é reconhecido como “história” (Rüsen, 2015: 13) E com certeza teremos uma trajetória de educação, dedicado ao homem, e que o mesmo se realize como cidadão. Pois cada época tem sua própria educação, precisamos é entender as necessidades que se modifica, em longo prazo, não interrompendo com o passado o conflito, mas novas exigências vão sendo moldadas, no nosso cenário social. Portanto, a educação se constitui pela época em que ocorreu, apresentando suas idéias sociopáticas e o interesse permanente que o homem tem pelo conhecimento.

Na seqüência de leitura que praticamos nos capítulos do livro de RÜSEN, encontramos escrito que nos chamou a atenção e passamos a citá-lo:

(...), a teoria da história integra modos de pensar e campos de discussão igualmente marcados pela especialização. A questão sobre o que é a história transforma a teoria da história em filosofia da história. (...) a questão, enfim, sobre como ciência e a vida pratica se articulam no pensamento histórico, a faz recorrer às diversas disciplinas que se ocupam da orientação cultural da vida prática humana, como por exemplo, a ética e a política. (RÜSEN, 2015: 33)

Portanto, o que foi exposto acima nos faz concluir que o homem é o próprio ator que fará significantes mudanças na educação, com reflexo na sociedade. O professor para lecionar deve manter o estudante constantemente informado, e o aluno por sua vez ira reter esta

informação ao longo do tempo, ou seja, o historiador deve buscar suas escolhas, ele não estuda tudo, mas selecionam aquilo que lhe parece importante (usa sua subjetividade), para adequar os temas dos livros didáticos mais interessantes para os alunos. Após as análises, persistimos em afirmar que embora tenhamos pesquisado em duas coleções de livros didáticos, de editoras diferentes e, com autoras distintas, percebemos que o conteúdo que aborda sobre o protestantismo na obra de Martinho Lutero, traz uma semelhança na escrita de fatos e dados, inclusive com iconografias também de pintores diferentes, mas que retratam o mesmo tema, ou seja, as vendas de indulgências.

O que analisamos sobre protestantismo, nos livros didáticos, nos leva a entender por outro lado, que nos artigos elaborados sobre o tema Martinho Lutero e o protestantismo, na Academia, vem num crescente que a cada momento que se processava a pesquisa, tinha-se o diferencial para ilustrar a maneira de explicar e mostrar através de uma narrativa, como a citada por Rüsen que é factual para que no presente, se entenda da trajetória de Martinho Lutero no protestantismo, contra a Igreja e o papa, no século XVI.

BIBLIOGRAFIA

APOLINÁRIO, Maria Raquel. História, ensino fundamental de nove anos. Editora Moderna, 2.º ed São Paulo: Moderna, 2007.

MOTOKOOKA, Débora Yumi. Para Viver Juntos. História 6.º ano: ensino fundamental 1. Ed.- São Paulo: Edições SM, 2009

DELUMEAU. Jean, Aspectos gerais da contrarreforma. In: Nascimento e Afirmação da Reforma. São Paulo: Pioneira, 1989, pp. 161-250.

CARTIER. Roger, Aventura do Livro do Leitor ao Navegador A 1ª Ed- São Paulo: UNESP. 1998,

MICELI, Paulo, Entre a religião e a ciência”. In: História Moderna. São Paulo: Contexto, 2013: 75-94.

MORAES, Roque, Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PERRY, Marvin. Antecedentes da Reforma: a igreja medieval em crise, in: História Ocidental: uma história concisa. 2 ed. São Paulo: Martins Fonseca, 1999: 231-246.

ROMANELLI, Otaísa (1991) História da Educação no Brasil de 1930/1973, 8ª Ed, Minas Gerais, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 1991: 64

MATOS. Júlia Silveira, França e Alemanha: Martinho Lutero como traço de união no discurso de Lucien Febvre. Marechal Candido Rondon, 2002.

MATOS. Júlia Silveira, LUTERO COMO MITO: a exploração do mito enquanto signo de linguagem, Biblos, Rio Grande, 18: 47-54, 2006.

Scielo, Maria Auxiliadora Schmidt, e Tânia Maria F. Braga Garcia.

Cod.cedes, campinas, vol.25, n67, p 297-308, set/dez 2005.

[http: //www.Cedes.unicamp.br](http://www.Cedes.unicamp.br)> dia 24.06.2016. 10: 31h.